

A ORIENTAÇÃO SEXUAL
NA CONSTITUINTE DE 1987-88:

constituição performativa de sujeitos
LGBTI+ na Constituição da nação brasileira

leu em 1988, porque estava ausente do País, pacificamente, em representação da Delegação Brasileira do PT, do 7º Congresso do Partido Comunista Francês. S.E.A., autor de duas declarações (Art. 5º, inciso V, da Constituição) contra a discriminação por orientação sexual, reafirmou-nos sua honrosa solidariedade.

João Antônio de Souza Mambarenhas,
pelo
TRIÂNGULO ROSA

A ORIENTAÇÃO SEXUAL NA CONSTITUINTE DE 1987-88

constituição performativa de sujeitos LGBTI+ na Constituição da nação brasileira

Rafael Carrano Lelis

Constituinte

o nosso tom



A Sessão Social
Associação de Travestis e Transgêneros
Maurício de Oliveira

16 DE MARÇO DE 1984
AO PRESIDENTE NACIONAL DO PT
REPUBLICA REPUBLICA DAS DECLARAÇÕES DE BENEDITA DA SILVA, E SIMA PASSOS
DECLARAÇÕES DE ATIVAS DESTA MANIFESTAR O NOSSO DESPREZIO E ANTIPATIA
DECLARAÇÕES DE CHAPAS ORIENTADAS QUE SE DIEM DEPUTADAS E QUE NÃO
DECLARAM DEBILIDADES NO MOMENTO QUE A COMUNIDADE GAY BRASILEIRA SE PER
SOUZAS PASCARINHA
TRIÂNGULO ROSA

editora DEVIRES

19:30h
dia 29.9.90
Santos e mulatas na Constituinte
Telefone para a casa do
Mitt, em Salvador. Ollares,
compartilho do blog de Santos
quem me atende
ao telefone
Europa
Lagos de
Lagos de
Lagos de

LIBERDADE PS
Os hom
na escola, na famíl
machões e pela po
É mul
de homossexuais,
na casa da famíl
ainda não tiverar
sexual; e sabem
com essa situaç
A
travestis e das
& duro quando
M
com a violênc
HOMOSSEX
sociedade, a
deficientes f
pelos direi
injustiças.
um grande
pessoa co
dos homo
bacharel
estadual
são co
CONTI
PARA

10 VERDADES SOBRE

- 1) Ser homossexual humano homossexual
- 2) Homossexualidade ser homossexual. O
- 3) Homossexualidade entre si, e todo
- 4) A homossexual quanto a proprie
- 5) Todas as povos indígenas e afro homossexuais.
- 6) A homossexual homossexualidade
- 7) A causa de no e sente de
- 8) A in tipo de discrimina

**A ORIENTAÇÃO SEXUAL
NA CONSTITUINTE DE 1987-88:**
constituição performativa de sujeitos
LGBTI+ na Constituição da nação brasileira

Rafael Carrano Lelis

Editor: Gilmaro Nogueira

Diagramação: Daniel Rebouças

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Carlos Henrique Lucas Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB	Prof. Dr. Leandro Colling Universidade Federal da Bahia – UFBA
Prof. Dr. Djalma Thürler Universidade Federal da Bahia – UFBA	Profa. Dra. Luma Nogueira de Andrade Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB
Profa. Dra. Fran Demétrio Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB	Prof. Dr. Guilherme Silva de Almeida Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ
Prof. Dr. Helder Thiago Maia USP - Universidade de São Paulo	Prof. Dr. Marcio Caetano Universidade Federal do Rio Grande – FURG
Prof. Dr. Hilan Bensusan Universidade de Brasília - UNB	Profa. Dra. Maria de Fatima Lima Santos Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Profa. Dra. Jaqueline Gomes de Jesus Instituto Federal Rio de Janeiro – IFRJ	Dr. Pablo Pérez Navarro Universidade de Coimbra - CES/Portugal e Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG/Brasil
Profa. Dra. Joana Azevedo Lima Devry Brasil – Faculdade Ruy Barbosa	Prof. Dr. Sergio Luiz Baptista da Silva Faculdade de Educação Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
Prof. Dr. João Manuel de Oliveira CIS-IUL, Instituto Universitário de Lisboa	
Profa. Dra. Jussara Carneiro Costa Universidade Estadual da Paraíba – UEPB	

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(BENITEZ Catalogação Ass. Editorial, MS, Brasil)

L98a Lelis, Rafael Carrano
1.ed. A Orientação Sexual na Constituinte de 1987-88: constituição performativa de sujeitos LGBTI+ na Constituição da nação brasileira / Rafael Carrano Lelis. – 1.ed. – Salvador, BA : Devires, 2023.
294 p. ; 16 x 23 cm.

Bibliografia
ISBN : 978-85-93646-50-8

1. Análise Foucaultiana do discurso. 2. Direito constitucional.
3. LGBTI+ - Direitos. 4. Orientação sexual. 5. Teoria Fundamentada nos Dados (TFD). I. Título.

12-2022/05

CDU 34:613.885-055-3

Índice para catálogo sistemático:

1. LGBTI+ : Direitos 34:613.885-055-3

Bibliotecária: Aline Grazielle Benitez CRB-1/3129

Qualquer parte dessa obra pode ser reproduzida, desde que citada a fonte. Direitos para essa edição cedidos à Editora Devires.

**editora
DEVIRES**

Av. Ruy Barbosa, 239, sala 104, Centro – Simões Filho – BA
www.editoradevires.com.br

Para minhas irmãs, Marina e Gabriela.

Para aqueles que tentaram, dentro de suas limitações, construir uma nação mais inclusiva em 1987-1988. Em especial, João Antônio de Souza Mascarenhas, Benedita da Silva, José Genoíno e Luiz Salomão.



Agradecimentos

Este livro é fruto de minha pesquisa de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC-Rio. Assim, embora tenha feito modificações no original para transformá-lo na versão que agora está disponível para leitura, este texto corresponde, em grande medida, à minha dissertação. Desse modo, mantenho abaixo, na íntegra, os agradecimentos que dela constavam. Aproveito, ainda, para agradecer aos editores, editoras e pareceristas dos periódicos nos quais publiquei artigos com resultados parciais da investigação desenvolvida nesta obra: Revista de Direito Público; Revista Direito, Estado e Sociedade; e Revista Brasileira de Estudos da Homocultura.

Há mais de um ano que penso no que iria inserir aqui. O que não impediu, obviamente, que esta fosse a última parte a ser escrita, às vésperas do envio para a banca. Esses quase dois anos de mestrado foram, por questões pessoais e globais, extremamente intensos. Nesse processo, inúmeras pessoas contribuíram, direta e indiretamente, não apenas para a construção deste trabalho, mas também para a minha formação nos múltiplos aspectos que compõem esta carreira acadêmica que escolhi seguir. Na contradição de uma pesquisa que fala sobre performatividade, alerta que talvez as palavras não deem a correta dimensão de todas essas pessoas essenciais com quem cruzei nesse período.

À minha família de todos os dias – Raimundo, Eduarda, Marina, Gabriela, Márcia e Juliana –, agradeço pelo tanto de apoio acumulado, pela aposta em mim, pelo conforto emocional. Sobretudo, por terem sido peça-chave na construção desse sujeito que escreve hoje.

À CAPES, pelo financiamento imprescindível que permitiu minha dedicação exclusiva ao mestrado, apesar da política de boicote instituída pelo governo federal. À PUC-Rio e ao PPGD, por me fornecerem as estruturas que moldaram a pesquisa e instigaram meu pensamento crítico; por me acolherem tão bem nessa passagem, mais curta do que eu desejaria. Em especial, à Gisele Cittadino, pela serenidade que demonstra na coordenação do Programa e pela simpatia profunda com que trata a todos os

alunos; e a Carmen Barreto e Anderson Torres, pela solicitude sem limites e pela tolerância com a profusão de e-mails de um mestrando ansioso.

À Adriana Vidal, de quem tive a honra de ser o primeiro orientando de mestrado, agradeço por todas as trocas, dentro e fora de sala, por ter confiança no meu trabalho, por ter me aberto outras oportunidades, pela liberdade que me deu na escrita e por frear, quando necessário, meu excesso crítico. À Silvia Aguião, tenho que agradecer pela paciência de me orientar em duas frentes diferentes – no mestrado e na especialização – em um tempo quase sobreposto, mas também pela imensa contribuição que deu a este trabalho, pela leitura atenta e comentários precisos e pela simpatia e disponibilidade constantes.

Manoela Roland e Joana Machado estariam aqui mesmo que não tivessem me fornecido as cartas de recomendação que auxiliaram no ingresso na PUC-Rio. Agradeço à Manoela pela iniciação e consolidação de meu interesse na pesquisa e também por inculcar em mim o papel social da academia, que segue central em minhas preocupações. À Joana Machado, por ter feito parte desse meu processo de transformação e ser uma referência indispensável para a definição de meus rumos profissionais; além disso, pela parceria sempre proveitosa, nas mais diversas frentes, que agora se renova com minha contribuição com o grupo que coordena – o *LAVID – Laboratório de Pesquisa e Assistência Jurídica em Violências Institucionais e Direitos Humanos*. Outra pessoa fundamental nessa trajetória foi Juliana Perucchi, que também já estaria aqui apenas pela importância que nosso encontro, lá em 2017, teve para minha vida pessoal e profissional; mas tenho que agradecer-lá, ainda, por ter me aceitado em seu grupo de estudos sobre Foucault, que serviu de válvula de escape durante parte do isolamento pandêmico.

Àqueles que conhecem, é impossível ler esta dissertação sem perceber a influência do PPGD da PUC-Rio e de seu corpo docente na construção da pesquisa. Agradeço a todos os professores e professoras que fazem desse Programa um ambiente acadêmico tão fascinante e efervescente, que transborda as fronteiras do direito. À Márcia Nina Bernardes, não somente por toda a contribuição que deu na qualificação, mas também por ser responsável por meu primeiro contato mais aprofundado com Butler, pelos estímulos críticos que suas aulas sempre representaram e por me receber tão bem em seu grupo de pesquisa – *Gênero, Democracia e Direito*. Ao Adriano Pilatti, por todas as ricas contribuições de suas aulas, mas especialmente por ter me emprestado e posteriormente me “transferido a posse definitiva” de um exemplar do livro fruto de sua tese de doutorado (“A Constituinte de 1987-1988: progressistas, conservadores, ordem eco-

nômica e regras do jogo”); a leitura da obra foi certamente fundamental para consolidar meu interesse de pesquisa. A Thula Pires e Bethânia Assy, por serem figuras tão inspiradoras e potentes, cujas reflexões sem dúvida mudaram meu jeito de ver o direito, a academia e o mundo. A Antonio Pele e Noel Struchiner, pela oportunidade que me deram de atuação junto à *Revista Direito, Estado e Sociedade*, uma experiência singular para esse meu processo de formação acadêmica.

Eu tive a sorte de ter como colegas de turma pessoas com os perfis mais variados possíveis, que se tornaram queridas. A todos, agradeço pelas discussões e, sobretudo, pelo compartilhamento das inseguranças. Agradeço especialmente àqueles com quem tive a oportunidade de conviver mais intensamente, em função de outros espaços e projetos: Matheus Chatack, Maria Carolina Soares e Nina Zur. À Gabriela Gattulli, pela amizade tão generosa e por demonstrar mais confiança em mim do que eu mesmo. A Silvia Talho e Juliana Barros, por compartilharem comigo essa condição de estrangeiro em terras cariocas, por terem sido sempre meu lugar de afeto, leveza e de eliminação de incertezas; pelas conversas e risos, nos bares, nas aulas, nos almoços do bandejão e nos protestos de rua.

Para além da minha própria turma, a PUC me permitiu outros felizes encontros. À Glenda Vicenzi, agradeço pela parceria que desenvolvemos, de forma tão complementar, na condução dos trabalhos na *Revista Direito, Estado e Sociedade*. A todas as integrantes do grupo *Gênero, Democracia e Direito*, agradeço pelos encontros valiosos. A Mariana Imbelloni, Twig Lopes e Luciana Fernandes, em especial, por terem dedicado parte de seu tempo a ler e comentar o esboço dos primeiros capítulos desta dissertação. Às alunas e alunos da disciplina *Laboratório de Gênero*, que lecionei para a graduação no segundo semestre de 2019, agradeço por essa oportunidade tão rica em meu caminho para a docência. A Rogério Sganzerla, ao Grupo Arco-Íris e à Aliança Nacional LGBTI+, pela parceria que permitiu que contribuíssemos com o projeto *Painel da Violência LGBTI no Rio de Janeiro*. Aos alunes da graduação que orientei nessa iniciativa, agradeço pela preocupação que sempre demonstram com a causa e por serem mais uma dessas peças que fazem parte da minha construção pessoal e profissional.

Meu primeiro semestre de mestrado foi também meu último na coordenação do *Centro de Pesquisa em Políticas Públicas LGBTI+* da TODXS. A todos que passaram pela organização enquanto estive lá, agradeço por esse espaço tão importante de trocas e de desenvolvimento de projetos preocupados em tornar o mundo menos árduo para nós; em especial, ao

Leonardo Oliveira, que foi também um rosto conhecido e ponto de suporte na PUC e no Rio. O terceiro e segundo semestres foram compartilhados com o curso de especialização em Gênero e Sexualidade do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos, vinculado ao Instituto de Medicina Social da UERJ, quando tive o privilégio de conhecer Silvia Aguião; agradeço a todos docentes e discentes por sua tamanha dedicação a temas tão essenciais e pelas reflexões promovidas nos diversos encontros, que com certeza ecoam no texto desta dissertação. Durante o quarto semestre, iniciei minha atuação enquanto consultor de pesquisa da *ILGA World*; se isso significou uma suspensão quase que completa da escrita deste trabalho, por quase seis meses, trouxe também contribuições incalculáveis para pensar o papel da pesquisa no ativismo LGBTI+; por isso, agradeço a Lucas Ramón Mendos e a toda equipe de pesquisa da *ILGA*.

Aos professores Décio Rocha e Bruno Deusdará e a todos os alunos da disciplina “A Atualidade da Arqueologia do Saber”, do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ, por me ajudarem a desmitificar a análise do discurso. Além desse, durante o andamento da pesquisa, fiz três cursos que foram essenciais para o amadurecimento de minha perspectiva teórica. Dois sobre a obra de Judith Butler, ministrados, respectivamente, por Berenice Bento e Carla Rodrigues; e um sobre questão queer e psicanálise, lecionado por Pedro Ambra. Aos três, agradeço por terem compartilhado suas reflexões e contribuído para a minha própria.

Protótipos desta pesquisa foram apresentados em congressos na UFOP, UFF e USP. Assim, não posso deixar de agradecer aos comentadores dos trabalhos pelas contribuições que ajudaram a moldar meu objeto: Eder Fernandes, Carla Appollinario, Renan Quinalha e Tayara Lemos.

Também agradeço a Marco José Duarte, por ter me apontado o caminho até o Arquivo Edgard Leuenroth. Nos nomes de Silvia Modena e Fátima Moreira, agradeço a todas as pessoas envolvidas nesse trabalho vital de preservação da memória desenvolvido pelo AEL, não somente pela manutenção dos documentos, mas também pela recepção tão generosa que recebi lá; pela primeira vez, senti mais de perto o trabalho de pesquisador receber toda a valorização que merece.

Ao Thiago Coacci, agradeço por todas as importantes observações feitas nas bancas de qualificação e defesa. A Sérgio Carrara, pelos comentários atentos que fez na arguição do trabalho.

Para além de toda a rede que o mestrado me proporcionou, eu tenho o privilégio de ter amigos que escolheram seguir esse tortuoso percurso da vida acadêmica. Ao Mário Bani, agradeço pelo companheirismo e por dividir comigo as ansiedades da produção científica. Ao Daniel Cardinali,

pela leitura minuciosa (inclusive das transcrições!) e comentários que fez a uma versão preliminar deste trabalho. À Paola Angelucci, pelas companhias presenciais e à distância, pelas sugestões de aprimoramento da dissertação e por todas nossas discussões sobre questões acadêmicas e sobre a vida. A Marcos Felipe Lopes, Ramon Costa e Felipe César de Andrade, pela paciência de opinarem em todas as minhas dúvidas, das mais sérias às mais banais, e pelos encontros virtuais que tornaram mais leve o período de isolamento físico.

Há duas pessoas que preciso mencionar de novo. À minha irmã, Marina Lelis, agradeço pelo auxílio imprescindível na confecção da linha do tempo e do fluxograma que seguem em apêndice a esta dissertação. À minha vó, Márcia Carrano, por atender a todos meus telefonemas com dúvidas gramaticais e ortográficas.

Por fim, um agradecimento que certamente não será completo, ao Gabriel Galil, companheiro que escolhi para fazer a vida e outra família, por compartilhar comigo os desafios da pesquisa, da militância e do relacionamento; por ser sempre meu suporte emocional; por ouvir todas minhas reclamações e angústias; por me ensinar sempre mais; por dividir o Rio comigo, no primeiro ano de mestrado; por tudo; e, não menos importante, pela leitura e sugestões que fez em relação a esta dissertação. E, como não poderia deixar de ser, agradeço aos nossos filhos felinos, Ben e Oscar, por serem a minha única companhia de escrita e por me ajudarem a manter a saúde mental durante os momentos de isolamento pandêmico.



Sumário

Prefácio	19
Apresentação	23
Introdução	27
CAPÍTULO 1	35
Aspectos teóricos e metodológicos	
CAPÍTULO 2	57
O Movimento Homossexual Brasileiro chega à Constituinte	
CAPÍTULO 3	77
Negociando direitos e identidades: a Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher e a Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais	
CAPÍTULO 4	177
Buscando espaço nas minorias: a Comissão da Ordem Social e a Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias	
CAPÍTULO 5	213
O fim do homossexualismo no Brasil e a (des)Constituição cidadã: debates no Plenário e na Comissão de Sistematização	
CAPÍTULO 6	235
Contemporaneidade discursiva: discursos-tipo, sujeitos tipo e a (des) democratização no Brasil	
Conclusão	261
Referências	265



LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADO	Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão
AEL	Arquivo Edgard Leuenroth
ANC	Assembleia Nacional Constituinte
ASTRAL	Associação de Travestis e Liberados
CEAB	Centro de Estudos Afro-Brasileiros
CEJ	Código de Ética do Jornalista
CID	Classificação Internacional de Doenças
CFM	Conselho Federal de Medicina
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
DEM	Democratas
INABRA	Instituto Nacional Afro-Brasileiro
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social
GAPA	Grupo de Apoio à Prevenção à Aids
GGB	Grupo Gay da Bahia
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
LGB	Lésbicas, Gays e Bissexuais
LGBTI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Intersex e demais dissidentes de gênero e sexualidade
MHB	Movimento Homossexual Brasileiro
MI	Mandado de Injunção
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDC	Partido Democrata Cristão
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OMS	Organização Mundial de Saúde
RIANC	Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SOGIESC	Sexual Orientation, Gender Identity and Expression, and Sex Characteristics
STF	Supremo Tribunal Federal
TFD	Teoria Fundamentada nos Dados
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas



Elas dizem que devemos abstrair todas as narrativas referentes àquelas que foram vendidas espancadas detidas seduzidas levadas violadas e trocadas como mercadoria vil e preciosa. Elas dizem que é preciso abstrair o discurso que foram obrigadas a proferir contrariamente à sua opinião e em conformidade com os códigos e convenções das culturas que as domesticaram. Elas dizem que todos os livros devem ser queimados, à exceção dos trechos que possam lhes trazer vantagens em uma era futura. Elas dizem que a realidade só existe depois de ser moldada por palavras regras regulamentos. Elas dizem que, no que lhes diz respeito, tudo deve ser feito a partir de elementos embrionários. Elas dizem que, em primeiro lugar, o vocabulário de toda língua deve ser analisado, modificado, revirado, que toda palavra deve ser meticulosamente examinada.

Monique Wittig
As Guerrilheiras

Posso retirar a expressão 'orientação sexual', mas gostaria que ficasse nos Anais da Casa quem vai retirá-la, porque eu não vou nem posso assumir a responsabilidade de quem quer tirá-la. Quero que fique nos Anais, quero que seja objeto de cientistas sociais o exame desse comportamento. Quero que os constitucionais examinem esse problema e o julgue. Porque vamos ser julgados! Agora, me dêem o direito de ser julgado pelo que sinto e penso, e assumam as posições para que cada um seja julgado pelo que sente e pensa! Sob minha responsabilidade, não sai.

João Paulo Bisol
Anais da Assembleia Nacional Constituinte



Prefácio

Como se constituem os sujeitos de uma nação?

Como se afirmam sujeitos de direitos? Como se define quem será nomeado e quem não carece de nomeação? O que isso implica em termos de exercício de cidadania? Neste livro, fruto de trabalho exímio de pesquisa conduzida para o mestrado, Rafael Carrano Lelis atravessa questões como essas, ao perseguir e interrogar a produção discursiva em torno da inclusão da vedação da discriminação motivada por orientação sexual durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, entre 1987 e 1988.

Situado entre a análise dos efeitos de poder de discursividades jurídicas e uma valiosa contribuição para a historiografia do movimento LGBTI+ no Brasil, o livro aborda a Assembleia Nacional Constituinte (ANC) como um dos primeiros espaços de reivindicação coletiva do que hoje convenionamos nomear como população LGBTI+. Argumenta-se que os debates então ocorridos, ainda que não tenham garantido a inclusão no texto constitucional, criaram a possibilidade de nomeação do direito à não discriminação na esfera pública e inauguraram simbolicamente a interseção entre o então chamado Movimento Homossexual Brasileiro e o direito.

Ao longo do trabalho observamos o autor percorrer exaustivamente atas e anais da ANC, além de outros materiais preciosos do acervo do Fundo João Antonio Mascarenhas, disponibilizados no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL/Unicamp). A investigação é guiada por um conjunto de questionamentos que convergem no sentido de localizar como a “dissidência sexual” foi caracterizada, como pessoas LGBTI+ foram nomeadas e identificadas nesse percurso e com que justificativas a “orientação sexual” terminou excluída do texto constitucional.

O trabalho de revisão bibliográfica e o cuidadoso diálogo teórico-metodológico realizado conduzem a leitura e aos poucos descortinam os processos de diferenciação e hierarquização que vão sendo operados ao longo dos debates ocorridos. A performatividade dos atos de fala e os

seus efeitos de poder ganham força no argumento de que aquele foi um episódio fundamental da história e da trajetória que conforma os movimentos LGBTI+ como conhecemos hoje. Mas não só.

Além de fornecer material reflexivo que contribui para o adensamento do registro histórico do período, Lelis atenta para pontos de continuidade que ainda sustentam a exclusão de pessoas LGBTI+ do acesso a plena cidadania. Esses elementos se fazem presentes nos “discursos-tipo” que o autor constrói para instrumentalizar sua análise. Como a evocação de parâmetros morais e religiosos e o clamor da proteção da “família tradicional”, muitas vezes presentes em falas de parlamentares que fazem questão de se afirmarem cristãos, sejam evangélicos ou católicos, ao justificar posicionamentos políticos. Naquele momento, a exceção foram Lysâneas Maciel (PDT-RJ) e Benedita da Silva (PT-RJ) evangélicos que se posicionaram a favor da demanda do Movimento Homossexual Brasileiro.

Esse tipo de detalhe ilustra mais uma riqueza do livro, o fato de fornecer ângulos e minúcias ainda pouco exploradas pela literatura existente. Ficamos sabendo, para dar mais um exemplo, que o Grupo Triângulo Rosa, capitaneado por João Antonio Mascarenhas, realizou uma série de levantamentos prévios visando construir a melhor estratégia para incidir nos debates da constituinte. Para isso, uma das hipóteses de trabalho foi verificar se constituintes pertencentes a grupos minoritários, seriam potencialmente mais solidários com outros grupos oprimidos. Foram produzidas listas de “Negros e Mulatos na Constituinte”, mas também de judeus e mulheres. Assim aventavam-se as possibilidades de produção de alianças entre populações historicamente estigmatizadas. O chamado “centrão” também foi avaliado e se posicionou em maior parte contrário à proposta.

O livro oferece ainda uma classificação dos “sujeitos-tipo” que emergem dos debates analisados: o “homossexual promíscuo”, a “travesti abjeta”, o “homossexual estigmatizado”. Outra dimensão é a associação da homossexualidade à epidemia de HIV/Aids, elemento particularmente tenso na opinião pública daquele período. Entre as argumentações favoráveis a inclusão da orientação sexual explicitamente como matéria de proteção no texto da Constituição Federal, destaca-se o direito a não-discriminação como direito fundamental e proteção mínima essencial para o reconhecimento enquanto sujeito direitos e para a garantia do exercício democrático.

Com a devida cautela de não oferecer interpretações ou leituras anacrônicas, o livro contextualiza as características do MHB que atuava no período constituinte sem esconder as marcas de exclusão e o conflito que também o configurava internamente. O que se faz presente no espaço da constituinte é uma representação hegemônica desse movimento social: homens gays, brancos e de classe média. Nesse sentido, se destaca que o preconceito e a discriminação hoje nomeados como transfobia, ou seja, aquele relacionado a experiências de não conformidade com padrões binários de identidade, comportamento e/ou expressões de gênero, se manifestavam com força não apenas entre constituintes, mas também na própria representação da sociedade civil organizada que ali estava para defender a vedação do preconceito relacionado à orientação sexual na futura Constituição.

A importância dos registros históricos, da valorização da memória e sobretudo dos arquivos é patente ao longo de todo o trabalho. No campo das elaborações políticas que se organizam em torno de questões de sexualidade e gênero, temos diferentes enquadramentos que são modulados contextual e historicamente. Assim, os arquivos são muito vivos, anos depois é possível um olhar detido para os câmbios contingentes dessas modulações e lançar luz para aspectos que não pareciam tão evidentes ou relevantes anteriormente. Ao mesmo tempo, questões muito destacadas em momentos anteriores, talvez percam força desde renovadas miradas.

Registrar e poder revisitar a luta constante por afirmação de sujeitos de direitos e ampliação das possibilidades de existência se torna particularmente relevante em momentos de reorganização do campo político, como o que observamos na atualidade. Em períodos de recrudescimento de conservadorismos que manipulam pânico morais ao redor dos direitos sexuais e reprodutivos e atacam direitos de populações negras, povos indígenas e outras minorias sociais como estratégia de coerção e manutenção de controle.

A investigação arguta que encontramos nesta obra propõe uma leitura do processo constituinte enquanto uma espécie de ato fundacional do Estado brasileiro, também apoiado na tolerância à discriminação motivadas por orientação sexual e identidade de gênero. Demonstra que passados mais de 30 anos, aquele tipo de discurso segue perpetuando formas de violência e violação de direitos também mobilizadas pela política nacional vigente. Ao fazer isso, traz para a frente da cena os modos como

controvérsias em torno de gênero e sexualidade cumprem papel central em disputas em torno do significado e da consolidação democrática.

De investigar palavras e sentidos, insistindo com rigor na perspectiva política da produção discursiva, resta claro o compromisso e a densidade reflexiva que resulta quando à pesquisa rigorosa se alia uma perspectiva política transformadora.

Rio de Janeiro, 20 de maio de 2022

Silvia Aguião

Doutora em Ciências Sociais e pesquisadora
do CLAM/UERJ e do AFRO/Cebrap.

Apresentação

O momento constituinte experimentado no contexto brasileiro entre 1987 e 1988, após uma ditadura civil-militar com mais de vinte anos de duração, tem despertado uma série de pesquisas no âmbito do mestrado e doutorado acadêmicos do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* do Departamento de Direito da PUC-Rio, especialmente nos últimos dez anos. A obra de Rafael Lelis é fruto de uma dessas pesquisas e teve a honra de acompanhar, na condição de orientadora, a sua jornada. A Constituição de 1988 foi um divisor de águas no reconhecimento e tutela do mais amplo rol de direitos fundamentais já estabelecidos na história constitucional brasileira. No entanto, para que o texto constitucional tivesse a redação final tal como a conhecemos, foram travadas diferentes disputas nas diversas comissões e subcomissões temáticas que se propuseram a ouvir o povo no decorrer desses trabalhos. O texto constitucional, tal como viríamos a conhecer a partir 05 de outubro de 1988, foi fruto de um processo constituinte complexo que, se por um lado contou com a participação direta de diferentes grupos sociais e minorias, por outro lado contou com tentativas de golpes para encerrar a potência do futuro documento constitucional.

O exame dessas dinâmicas de forças atuantes na assembleia constituinte se torna ainda mais complexo quando se pretende examinar as inconsistências no interior dos próprios movimentos sociais. É preciso, portanto, primeiro um olhar atento para identificar essas nuances e também muita sensibilidade acadêmica e generosidade para compreender o complexo momento político no qual estávamos inseridos, para que a avaliação do contexto não seja realizada a partir de critérios estabelecidos mais de trinta anos após a promulgação da Constituição cidadã, quando a própria jurisprudência do Supremo Tribunal Federal já foi encaminhada para produzir determinados avanços na guarda e afirmação de direitos da população LGBTI+. Rafael Lelis faz essa análise com olhar crítico, porém generoso, buscando compreender em sua plenitude a complexidade política do momento constituinte, suas possibilidades de avanços e perigos concretos de tentativas de minar as discussões sobre direitos fundamentais. É, sem dúvida, uma grande alegria ter podido orientar Rafael em seu trabalho que, de certa forma, vem desfazer algumas certezas que construí

ao longo de minha própria jornada acadêmica sobre a Assembleia Constituinte de 1987-1988.

O primeiro capítulo de seu trabalho é dedicado à fundamentação teórica e às explicações de caráter metodológico que serviram de pilares para a sua pesquisa. O autor inaugura seu argumento com uma análise sobre a performatividade de gênero, ou seja, o gênero como decorrente de uma série de repetições de práticas culturais, que pretendem garantir a estabilidade dos corpos que se tornam generificados nesse processo. Para esse movimento, o autor demonstrou domínio das principais obras de Judith Butler sobre como os gêneros são produzidos e afirmados por uma estrutura que garante (ou tenta) que não haja erros no movimento do corpo que se constitui sendo marcado pelo gênero. Além da produção de Judith Butler, para sustentar a sua análise, Rafael Lelis também se apoia em Foucault, autor central para compreender a própria Butler em suas teorias. Foucault e Butler são abordados de forma conjunta para uma adequada compreensão sobre a produção dos sujeitos a partir do discurso, sendo esta uma etapa fundamental para entender o conceito de atos performativos que a autora trouxe também da filosofia da linguagem, especificamente da chamada virada linguística, movimento que defendeu que a linguagem tem potência criativa e não está reduzida a uma descrição neutra da realidade. Especialmente para a área do Direito, esta percepção da linguagem é fundamental para entender o efetivo papel da normatividade nesse processo de construção do sujeito, que o Direito mesmo pretende representar. Compreender o Direito a partir de sua dimensão performativa é entender a urgência dos movimentos minoritários na participação e nas disputas sobre os termos que estariam consagrados na futura Constituição, que instauraria uma nova ordem jurídica.

O segundo capítulo é uma breve descrição de como foi que o movimento de minorias de orientações sexuais e identidades de gênero chegou à Assembleia Constituinte. Cabe ressaltar que desde a promulgação da Constituição de 1988 as lutas LGBTI+ ganharam fôlego e projeção graças às militâncias inteligentes, mas o contexto constituinte era muito diferente e é preciso ter generosidade ao olhar o passado para não imprimir expectativas que dizem mais respeito às possibilidades atuais de militâncias do que à realidade do final dos anos 1970 e dos anos 1980. O marco simbólico da criação do Movimento Homossexual Brasileiro é o ano de 1978, com a criação do Lampião da Esquina, com o propósito de criar um jornal com a perspectiva homossexual, e do grupo Somos.

Como bem ressalta Rafael Lelis, a composição desses grupos era de homens gays brancos, que tendiam a ocupar mais espaços, salvo dissi-

dências específicas como o Grupo de Negros Homossexuais e o Grupo de Ação Lésbico-Feminista. Evidente que esse reflexo de hegemonia produziria consequências no tipo de demandas que seriam levadas à Assembleia Constituinte. Por outro lado, acompanhando as atas, é possível ter a dimensão da intensidade dos preconceitos enfrentados pelo grupo, especialmente destacando a associação de homossexuais com a Aids. O Grupo Gay da Bahia e o Grupo Triângulo Rosa foram os primeiros a conseguir seus respectivos registros formais e se destacaram como participação direta da comunidade gay na Constituinte, esta de composição absolutamente conservadora para as demandas – que foram poucas – que seriam propostas pelo grupo.

Após esse percurso, o autor passa à análise direta das atas da Assembleia Constituinte, especificamente abordando as Comissões Temáticas e suas Subcomissões que recepcionaram o representante dos grupos gays. Nestes termos, foram selecionadas a Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, que estava localizada na Comissão dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, e a Comissão da Ordem Social, a partir da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. A segunda Comissão, com sua Subcomissão Temática aqui citada, se projetou como o ambiente mais acolhedor para as demandas minoritárias como um todo, como as demandas feministas, as demandas das feministas negras e demandas do movimento gay. Na Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, dois grandes pontos de tensão foram as discussões sobre o início da tutela jurídica da vida e sobre o que viria a ser a cláusula de proibição de discriminações odiosas na Constituição. As feministas precisaram fazer grandes esforços para evitar o retrocesso na legislação brasileira sobre o aborto durante a Constituinte e o grupo gay fez esforço semelhante para tentar incluir a expressão “orientação sexual” no que viria a ser o art. 3º, IV da Constituição. O último capítulo é dedicado à análise dos debates no Plenário e na Comissão de Sistematização. O grupo gay não conseguiu seu pleito. Toda a dinâmica dessas forças aparece nas atas da Constituinte, que Rafael trabalha com maestria, não somente explicitando as disputas, mas também fazendo uso de todos os recursos teóricos sobre atos performativos que dominou ao longo do processo de escrita de seu trabalho.

Além de trabalhar com maestria a complexidade em torno das lutas minoritárias e os limites dos recursos identitários, muitas vezes sendo os únicos disponíveis em um contexto, a leitura da obra “A Orientação Sexual na Constituinte de 1987-88: constituição performativa de sujeitos LGBTI+ na Constituição da nação brasileira” é fundamental para a adequada compreensão de tudo o que é necessário para sustentar um simples direito

fundamental, ou tudo aquilo que impede a ascensão de novos direitos e como podemos nos comprometer com a expansão deles, considerando o que as militâncias enfrentaram e ainda precisam enfrentar. O texto de Rafael Lelis é, sem dúvida, generoso com o passado da militância, ao mesmo tempo que inspira a todas e todos que querem se comprometer com direitos fundamentais com a constante vigilância e guarda dos direitos, bem como com a eterna procura de brechas para que as oportunidades de expansão de direitos fundamentais não sejam perdidas.

Adriana Vidal de Oliveira

Professora de Direito Constitucional do
Departamento de Direito da PUC-Rio.